



1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-**
2 **SEDS/PR Secretaria Executiva dos Conselhos**
3 **SEC Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D'**
4 **-Palácio das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**



7 **Assembleia Ordinária do**

8 **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR 07/07/2017**

9
10 Aos sete dias do mês de julho do ano de 2017 às 9h00 em primeira convocação, na **Sala**
11 **de Gestão** do 7º andar da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-
12 SEDS, sito no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº- Bairro Centro
13 Cívico, em Curitiba-PR, estiveram reunidos os Conselheiros que compõem o **Conselho**
14 **Estadual de Assistência Social- CEAS/PR**, para mais uma Assembleia Ordinária. No
15 horário pré-determinado, a Secretária Executiva **Juliana Muller** solicitou aos presentes
16 que fosse iniciada a auto-apresentação. **Presenças- Conselheiros** Maria de Lourdes P.
17 San Roman (Superintendente da área/SEDS), Clecy Aparecida Gricoli Zardo (APAE),
18 José Araújo da Silva (Ação Social do Paraná), Vitória Suzana Skizinski (Usuária), Aurora
19 da Aparecida dos Santos (Usuária), Sérgio Francisco Bernardo (Usuário), Paulo Silvério
20 Pereira (APAE de Ibiporã), Silvia Cristina Barbosa Xavier (SEJU), Odelita Herbst Milanese
21 (SEDS), Lorena Mylla Gonçalves (COHAPAR), Dulce Darolt (SEJU), Carla Regina
22 Wingert de Moraes (APAE- Reg. De Palmas), Ricardo Michelli (SEDS), Rodrigo Jeferson
23 Estevam (OAB), Merci Ribeiro de Souza (SINDASP), Luiz Carlos de Castro Lopes (Sind.
24 Dos Psicólogos do Paraná), Lizandra Aparecida Oldoni Zanela (CRP), Kuniberte Kob Neto
25 (PGE), Rosane Gonçalves (SEJU), Helen Oliveira Silva (APAE), Coordenadora Gladys
26 Tortato (SEDS), técnica Carmen Cristina Zadra (SEDS), Rosângela Batista da Silva
27 (representante do COGEMAS), Marilene Faustino de Paiva Kronéis (SETI), técnica
28 Samanta Krevoruczka (SEDS), Cleyton Serafim dos Reis (Usuário), totalizando **24**
29 **conselheiros**. Primeiramente, a **Presidente Maria de Lourdes** recepcionou de forma
30 calorosa todos os presentes, dirigindo de maneira especial as boas vindas aos novos
31 conselheiros representantes da OAB e do Sindicato dos Psicólogos. Não deixou de
32 enaltecer a participação dos antigos Conselheiros, que deixaram marcas relevantes na
33 sua passagem pelo CEAS. Evidenciou a importância do processo de capacitação para o
34 Marco Regulatório, objetivando a multiplicação das informações. Apontou que a presente
35 gestão da Assistência Social prioriza a participação dos usuários e isso está sendo
36 alcançado. Agradeceu a participação de todos, em nome da Secretária Fernanda Richa e
37 da Diretoria Geral da SEDS. Foi discorrido aos Conselheiros, o fato de que haveria
38 alternância na Presidência do CEAS/PR, como preconiza o Regimento Interno. Dessa
39 forma, essa Presidência doravante estará a cargo do Conselheiro Paulo Silvério Pereira,
40 conselheiro titular, representante da APAE de Ibiporã, indicado pela sociedade civil. A
41 bancada governamental indica a conselheira Maria de Lourdes P. San Roman para a Vice
42 Presidência, ambos aprovados por unanimidade pelo Plenário do CEAS. O Novo
43 Presidente agradeceu a confiança, afirmando estar tranquilo porque as organizações da
44 Soc. Civil estarão representadas nessa Presidência. **●Apreciação da pauta, com a**
45 **possibilidade de inserções.** ●Conselheira Silvia (SEJU) “Semana do Coração Azul”
46 ●Moção de Manifesto em favor do BPC do CNAS ●Plano de aplicação do PETI
47 ●Lançamento do Centro da Juventude- Paraná Seguro. **●Apreciação da ata da Reunião**
48 **Ordinária de junho- Aprovada.** **●Informes da Secretaria Executiva** Justificativas de
49 ausências: Carina de Carvalho, Plínio Marcondes, Carlos da Silva, Lindalane Mazza /

50 Lorena Mylla (justificativa somente dia 03/08, só participará na sexta. Ofício 03/2017 –
51 CMAS de Ivaí - Solicita informações sobre o atrasado no repasse do governo federal para
52 os serviços do CRAS – encaminhado a CPSB p/ verificação da existência de uma causa
53 específica do atraso/ após pautar na Comissão de Financiamento. Ofício 10/2017 –
54 CMAS de Quatro Barras - Convite para a Conferência Municipal dia 27/07; Ofício
55 048/2017 – CMAS de Piraquara - Convite para a Conferência Municipal dia 22/07; Ofício
56 nº 78/2017 e Ofício nº 639/2017 - Resposta ao ofício nº 146/2016 – CEAS referente ao
57 atendimento prestado a População Indígena do município de Cascavel.(encaminhado a
58 Comissão de Políticas Sociais); Ofício 18/2017 – SMAS de Catanduvas - Solicita
59 autorização para troca das estruturas físicas entre a SMAS e o CRAS; Ofício 086/2017 -
60 SMAS Fazenda Rio Grande - nforma sobre o protocolado dos documentos referentes a
61 prestação de contas do PPAS IV – encaminhado a CPSE; Ofício 15/2017 - APAE –
62 Marilândia do Sul - Solicita a troca de titularidade do segmento para o Paulo Silvério.
63 Clecy como suplente; 066/2017 – CNAS - Arquivo digital de entidades de assistência
64 social certificadas no 1º trimestre de 2017 – será encaminhado para a gestão do SUAS.
65 •Registrada a chegada da Conselheira Marcela Evangelista (SEDS) •**Prorrogação do**
66 **Prazo- Repactuação Acessuas Trabalho (CPSB)- Conselheira Odelita Milanese.**
67 Segundo foi informado, o prazo de repactuação do programa Acessuas- Trabalho seria
68 até esta data. Os Municípios que não repactuarem, deverão devolver o recurso até o final
69 do ano. •**”Semana do Coração Azul”- Conselheira Sílvia Cristina Barbosa Xavier-**
70 **SEJU- Coordenadora do Núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas.** Foi
71 esclarecido aos Conselheiros que se trata da terceira atividade mais lucrativa do mundo,
72 mais até que o de órgãos e drogas. São feitas cerca de 2,5 milhões de vítimas por ano e
73 de cada três, duas são mulheres. **Ações:** trabalho escravo- tráfico para adoção ilegal-
74 exploração sexual- remoção de órgãos, vitimando mulheres, travestis, crianças e
75 adolescentes, assédio até em igrejas. Semanalmente as denúncias chegam através do
76 número 181 e recentemente chegaram notícias referentes a migrantes e refugiados
77 trabalhando em alojamentos inadequados. Hoje as ações de combate a esse malefício
78 abordam três eixos: **O preventivo, o repressivo e o de relacionamento** com a
79 assistência às vítimas. No Brasil, não existe penalidade para a prostituição em si, mas sim
80 para a exploração sexual. Através da Lei 3344, de outubro de 2016, consegue-se o
81 aumento das penas (drogas: de 5 a 15 anos). A campanha Coração Azul é de âmbito
82 mundial e o dia 30/07 é dedicado ao enfrentamento ao tráfico de pessoas. Essa equipe
83 deverá ir às ruas, praças, universidades, aeroportos visando a necessária
84 conscientização da população, enquanto os monumentos públicos estarão iluminados na
85 cor azul. •Convite para o Seminário que abordará essa problemática a ser realizado nos
86 dias 24 e 25 de julho/17, na Sede da Polícia Federal (programação inscrita no site da
87 SEJU). A Superintendente Maria de Lourdes San Roman apontou que a SEDS tem uma
88 grande parceria com a SEJU, e essas Políticas Públicas devem ter agenda no Conselho,
89 não só como informe. • Registrada a chegada da **Dra. Danielle M. Vieira**, da Assessoria
90 Jurídica da SEDS. **Ações de erradicação do trabalho infantil técnica Helena N. G.**
91 **Geiger (CPSE-SEDS)**, 57 Municípios fizeram a adesão. O governo Federal solicitou a
92 elaboração do plano de aplicação desses. Houve a desistência de um Município e dos 56
93 restantes, apenas Prudentópolis ainda não preencheu. Nova pactuação da CIT- Haverá
94 suspensão de recursos para quem não se manifestar. •**Informe-** A Conselheira e
95 Coordenadora Gladys Tortato, ressaltou que dia 26/07 às 12h00, ocorrerá o lançamento
96 do Programa Paraná Seguro- Centros da Juventude- Parceria SEDS e Secretaria de
97 Estado da Segurança Pública. •**Relatórios das Comissões** •**Comissão de**
98 **Financiamento e Gerenciamento do Fundo-** **Relatora: Conselheira Marcela**

99 **Evangelista: Relatório: 1.1 – Pauta Permanente – Panorama do Incentivo -**
100 **INCENTIVO I DELIBERAÇÃO 42/13- Relato:** A técnica Paula, da UTPFP, informa que
101 referente a Prestação de Contas Final, 47 processos estão em análise no setor financeiro,
102 36 já foram analisados, 04 estão em análise na Unidade Técnica pois apresentam
103 pendências nos documentos enviados e 13 solicitaram prorrogação de prazo. **Parecer da**
104 **Comissão: CIENTE - Parecer do CEAS: Ciente. INCENTIVO II DELIBERAÇÃO 28/15 -**
105 **Relato:** A técnica Paula informa que referente a Prestação de Contas Final, 14 processos
106 estão em análise no setor financeiro, 26 já foram analisados, 04 estão em análise na
107 Unidade Técnica pois estão com pendências nos documentos enviados e 11 solicitaram
108 prorrogação de prazo. **Parecer da Comissão: CIENTE - Parecer do CEAS: Ciente -**
109 **INCLUSÃO DE PAUTA: INCENTIVO II - Protocolo: 13.820.734-0 - Município: Cerro**
110 **Azul - Relato:** O município de Cerro Azul solicitou a prorrogação da prestação de contas
111 final do Incentivo II, o mesmo recebeu o recurso em dezembro de 2015 e precisava
112 apresentar a prestação de contas parcial em junho de 2016 e prestação de contas final
113 em dezembro de 2016. Embora o Escritório Regional de Curitiba tenha realizado
114 acompanhamento as prestações de contas não foram realizadas. A Unidade Técnica do
115 Programa Família Paranaense solicitou ao CEAS a oficialização de um prazo final para
116 prestação de contas, dessa forma a prestação de contas parcial foi enviada no mês de
117 abril, referente ao Piso Paranaense de Assistência Social (PPAS), no entanto estava com
118 várias inconsistências. Foi realizado novamente contato, por meio do Escritório Regional
119 de Curitiba, solicitando novo prazo para prestação de contas final do Incentivo Família
120 Paranaense II também para o PPAS, considerando as inconsistências apresentadas e
121 informadas pela Gestão de Fundos tal prazo foi levado para a deliberação do CEAS que
122 acatou a prorrogação do prazo para ambos repasses financeiros. O município enviou a
123 documentação referente a prestação de contas parcial do Incentivo II e um Ofício
124 115/2017 justificando que o recurso não foi utilizado completamente, uma vez que a atual
125 gestão só tomou conhecimento da sua disponibilidade em abril/2017 adotando a partir
126 dessa data os trâmites necessários para a execução das ações. Devido ao curto prazo
127 solicita prorrogação até dezembro/2017 para finalizar o uso do saldo. Situação aprovada
128 pelo CMAS. O Escritório Regional de Curitiba é favorável a prorrogação do prazo e
129 considerando que o município não cumpriu com todas as exigências no acompanhamento
130 das famílias, a Unidade Técnica do Programa Família Paranaense solicita ao CEAS a
131 prorrogação do prazo solicitado pelo mesmo visando a finalização do uso do recurso.
132 **Parecer da Comissão: APROVADO - Parecer do CEAS: Aprovado - INCENTIVO III**
133 **DELIBERAÇÃO 05/16 -Relato:** A técnica Paula, informa que referente a Prestação de
134 Contas Parcial, 35 processos estão em análise no setor financeiro, 96 já foram
135 analisados, 13 estão em análise na Unidade Técnica e 07 municípios ainda não enviaram
136 a prestação de contas até o momento e 04 enviaram a prestação de contas final. **Parecer**
137 **da Comissão: CIENTE - Parecer do CEAS: Ciente - 1.1.1 Alteração da Deliberação**
138 **38/17 – Incentivo Família Paranaense IV – artigo 8º RETIRADO DE PAUTA - 1.1.2 -**
139 **Município de Piraquara - Prorrogação de Prazo para adesão ao Incentivo IV e**
140 **preenchimento do Plano de Ação no SIFF -** A técnica Paula informa que o município de
141 Piraquara é prioritário do Programa Família Paranaense e que este solicitou prorrogação
142 da data de adesão ao Incentivo IV até dia 14/07/2017, sendo que a data aprovada final
143 aprovada pelo CEAS é 07/07/2017. O mesmo justifica que seria inviável realizar a
144 aprovação no CMAS, uma vez que os novos conselheiros foram eleitos recentemente e a
145 próxima reunião do CMAS está programada para o dia 11/07/2017. **Parecer da**
146 **Comissão: APROVADO - Parecer do CEAS: Aprovado - 1.2 – Pauta Permanente:**
147 **Panorama do Pagamento do Renda Família Paranaense: Dados até JUNHO 2017.**

148 Montante acumulado em 2017: 122.670 famílias - R\$ 17.366.455,00 Montante acumulado
149 de Dez/13 a Jun/17: 265.038 famílias – R\$ 117.117.735,00 -O Termo Aditivo foi assinado
150 em 20 de junho de 2017, com validade até 26 de novembro de 2018, prazo este que
151 completa os 5 anos previstos em Lei para aditivo. **Parecer da Comissão: CIENTE -**
152 **Parecer do CEAS: Ciente - 1.3 – Balancete Maio/2017** - A técnica Marcela apresentou o
153 balancete do mês de Maio/2017. **Parecer da Comissão: CIENTE Parecer do CEAS:**
154 **Ciente - 1.4 – Alteração da Deliberação do Superávit 2016** - A técnica Marcela
155 apresentou a proposta de alteração da Deliberação nº 16/2017 referente a reprogramação
156 de recursos do Superávit de 2016. **Parecer da Comissão: APROVADO-Parecer do**
157 **CEAS: Aprovado - 1.5 – Benefício Eventual.** A Conselheira Maria de Lourdes
158 apresentou a proposta de repasse de recursos para Benefício Eventual, aos municípios
159 de Grande Porte e a Metrópole, no valor de R\$ 500.000,00, da Fonte 257 – Detran, com
160 prioridade para compra de passagens. **Parecer da Comissão: APROVADO- Parecer do**
161 **CEAS: Aprovado. 1.6 – Prestação de contas do município de Tomazina – Serviços**
162 **de Emergência/2016.** A técnica Marcela apresentou o protocolo 13.966.245-8, referente
163 a prestação de contas do município de Tomazina, quanto a execução dos recursos de
164 emergência e socorro de 2016 para aquisição de equipamentos, sendo que a previsão
165 dos recursos era somente em custeio. **Parecer da Comissão: EM DILIGÊNCIA.**
166 Encaminhar o protocolo para parecer técnico da CPSE, e encaminhar ofício ao CMAS
167 solicitando cópia dos registros de entrega dos bens às famílias beneficiadas (listas,
168 registros fotográficos), com retorno na reunião de Agosto/17. **Parecer do CEAS:**
169 **Aprovado - 1.7 – Plano de Ação 2018** - A técnica Marcela apresentou o Plano de Ação
170 2018, referente a proposta orçamentária da LOA. **Parecer da Comissão: APROVADO-**
171 **Parecer do CEAS: Aprovado - 1.8 – Reprogramação do Superávit AEPETI**
172 **(Preenchimento do Plano de Aplicação do MDS).** A técnica Helena apresentou a
173 proposta de Plano de Aplicação do MDS. **Parecer da Comissão: APROVADO. Parecer**
174 **do CEAS: Aprovado - 1.9 – Campanha de erradicação do trabalho infantil rural**
175 **(CPSE).** A técnica Helena apresentou a proposta da Campanha do PETI Rural, no valor
176 R\$ 800.000,00, com o saldo de recursos do AEPETI e do IGDSUAS. **Parecer da**
177 **Comissão: APROVADO - Parecer do CEAS: Aprovado. 1.10 – Campanha de**
178 **erradicação do trabalho infantil no carnaval (CPSE)** - A técnica Helena apresentou a
179 proposta da Campanha do PETI no carnaval, com recursos do AEPETI e do IGDBF -
180 **Parecer da Comissão: APROVADO - Parecer do CEAS: Aprovado. 1.11 – Protocolo:**
181 **Pagamento retroativo – Residência Inclusiva/Foz do Iguaçu (CPSE)** A Conselheira
182 Carmem apresentou situação do município de Foz do Iguaçu, referente ao repasse
183 retroativo do período de Abril a Dezembro/2015, considerando a Deliberação nº 57/2016
184 sobre suspensão de repasses e os pareceres do NJA/SEDS e DG/SEDS, que são
185 contrários ao repasse retroativo. **Parecer da Comissão: APROVADOS** os pareceres do
186 NJA/SEDS e DG/SEDS, encaminhar protocolo ao GFS/GF/SEDS para providências
187 quanto ao estorno dos empenhos referentes ao período. **Parecer do CEAS: Aprovado -**
188 **1.12 – Realização do I Encontro Estadual sobre os Serviços de Acolhimento**
189 **Familiar (CPSE).**A técnica Helena apresentou proposta de realização de evento para
190 sensibilização quanto ao Acolhimento Familiar com o “I Encontro Estadual sobre os
191 Serviços de Acolhimento Familiar”, no valor de R\$ 20.000,00, com recursos da Fonte 257
192 – Detran. **Parecer da Comissão: APROVADO - Parecer do CEAS: Aprovado. 1.13 –**
193 **Protocolo: 14.675.463-5 – Atraso recurso federal/Piso Básico CRAS – Município de**
194 **Ivaí (CPSB).** A técnica Odelita apresentou solicitação do município de Ivaí, referente ao
195 atraso nos repasses dos recursos do FNAS, que no momento do envio do ofício estavam
196 atrasadas, mas que nesse momento já foram repassadas. **Parecer da Comissão:**

197 **CIENTE. Encaminhar ofício em resposta ao município. Parecer do CEAS: Aprovado**
198 **Prestação de Contas PPAS.** A técnica Marcela apresentou relatório com 16 municípios
199 que ainda não apresentaram a prestação de contas do PPAS I – 2º semestre 2016, e a
200 Conselheira Carmem apresentou o atraso das prestações de contas do PPAS, 2 (04), 4
201 (1) e 5 (1) e Residência Inclusiva Municipal (1). **Parecer da Comissão:** Encaminhar ofício
202 aos municípios e aos CMAS, solicitando a prestação de contas impreterivelmente, até
203 31/07/2017, caso não seja enviada serão iniciados processos de Tomadas de Contas e
204 suspensão de repasses. **Parecer do CEAS: Aprovado.** •Boas vindas dadas ao
205 Conselheiro **Dr. Kuniberte Kob Neto** representante da Procuradoria Geral do Estado. •
206 Registrada a chegada do **Conselheiro Alann Bento** (Coordenador da Política da Criança
207 e do Adolescente/SEDS) •**Alteração da deliberação do Superávit- Deliberação**
208 **16/2017.** Não alterando o valor, somente as ações, a relatora Marcela Evangelista
209 apresentou as novas propostas. Aprovada a deliberação com as alterações. Plano de
210 ação 2018, para subsidiar a LOA- (abriu em 07/07 e vai até 1º/08). Nesse momento, o
211 Conselheiro Paulo Silvério questionou se os valores serão os mesmos e se poderão
212 ocorrer cortes e se haverá esse risco de interrupção. A conselheira Marcela informou que
213 a SESA neste ano inquiriu sobre os pleitos; se não atender agora, durante o exercício
214 acontecerá e se ocorrerem cortes, a Receita irá justificar. Contribuindo, a técnica e
215 Conselheira da SEDS, Carmen Cristina Zadra informou que existem dois instrumentos de
216 planejamento o técnico e os financeiro, o PPA e agora é o momento do preenchimento da
217 LOA 2018, havendo necessidade ocorrerá complementação para dar conta dos
218 compromissos assumidos. Com relação aos serviços às pessoas com deficiência, existem
219 duas modalidades de atendimento novos lançados na ocasião do Plano Nacional dos
220 Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - O Centro Dia e a Residência
221 Inclusiva. No estado existem 6 unidades em 5 municípios municipais e 2 estadual no
222 município de Irati, que inclusive neste planejamento está incluída a expansão para mais 2
223 unidades. Para tanto, embora se tenha um diagnóstico anterior, é preciso atualizar para
224 identificar onde serão implantadas essas 2 novas unidades. O Centro-dia é um grande
225 desafio, existe somente um em Curitiba (com essa nova metodologia do Viver sem
226 Limite), com muitas dúvidas relacionadas ao atendimento. No entanto, sabemos que
227 existem mais de 180 unidades no estado identificados pelo Censo Suas, dessas, 11 são
228 governamentais, é necessário reordenar esse serviço ofertado, começando pelas 11
229 unidades governamentais. A Superintendente da área, Conselheira Maria de Lourdes
230 (SEDS) agradeceu a explanação da Conselheira Marcela que não se resume só na parte
231 orçamentária, mas também discorrendo sobre as ações. Na verdade, ouvi-la com tanta
232 transparência é um processo de aprendizagem. -**APROVADO.** Na sequência, a
233 Assistente Social da CPSE/SEDS, **Helena N. Gimenez Geiger** repassou algumas
234 informações acerca do SIMPETI que é um sistema de monitoramento do Programa de
235 Erradicação do Trabalho Infantil. A CIT pactuou no início de julho que todos os Municípios
236 preencheriam o sistema até o dia 30/06. O material foi trazido e cópias foram distribuídas.
237 A **técnica Helena** ainda discorreu sobre o mapa de erradicação do trabalho infantil; hoje
238 muitas crianças estão envolvidas com atividades na agricultura e pecuária. A
239 conscientização está sendo realizada junto a rádios e distribuição de cartazes nas
240 paróquias. O conteúdo será de sensibilização, no intuito de prevenir o trabalho infantil-
241 **Aprovado •Informe-** “Encontro Estadual sobre os serviços de acolhimento familiar-
242 20/09, no Canal da Música”. Helena informa ainda que a CPSE está organizando este
243 encontro, cujo público alvo serão Promotores, Juízes, gestores e técnicos municipais . Os
244 espaços indicados para as reuniões ligadas ao Conselho estão escassos, principalmente
245 os destinados eventos. Desejando contribuir, o Conselheiro representante da PGE, Dr.

246 Kuniberte KobNeto informou que a Procuradoria possui um auditório que acomoda cerca
247 de 290 pessoas, devidamente equipado com aparelhagem de som. Ofereceu o espaço
248 sob sua intercessão para futuros evento. Seguindo, o **Coordenador da Política da**
249 **Criança e do Adolescente, Alann Bento (SEDS)** a pedido, apresentou a Campanha
250 sobre aprendizagem, com o intuito de sensibilizar empresas para a contratação de
251 adolescentes aprendizes. Estimular todos os estabelecimentos que possam admitir
252 aprendizes, conforme as Leis Trabalhistas. Solicitou a necessária divulgação uma vez que
253 o Estado lança esse tema. Desenvolver campanhas educativas a cada 2 anos, uma meta
254 do Plano Decenal. Foi relatado que cerca de 60 mil vagas para a aprendizagem estão
255 disponíveis nas empresas de médio e grande porte no Paraná, enquanto apenas 20 mil
256 estão contratados. **Para quem?** A partir dos 14 anos, matriculados em escola e que
257 esteja ligado a algum programa de aprendizagem. Todas as funções que exigem
258 qualificação profissional, respeitando as questões de risco físico ou moral. A campanha
259 estará vinculada à mídia de TV e rádio aberta- 60 mil exemplares a serem encaminhados
260 a empresas de médio e grande porte. Além da mala direta, serão utilizados outros meios
261 de divulgação: cartas de incentivo dirigidas aos empresários, adesivos, cartazes dirigidos
262 às escolas, Escritórios Regionais, Agências do Trabalhador (SEJU). **Slogan: “Dar uma**
263 **chance”**- um vídeo foi apresentado ao plenário, material esse elaborado pela SEDS, com
264 o apoio financeiro do CEDCA/PR. Na verdade, essa campanha visa estimular essa ação,
265 não visando cobrar as cotas estipuladas na Lei. Em maio estão planejados Seminários
266 Regionais nos 22 Escritórios da SEDS e em outubro um Seminário Estadual trazendo
267 profissionais, experiências e técnicos da SEDS. Pediu a palavra a **Superintendentes**
268 **Maria de Lourdes San Roman (SEDS)**, colocando que o adolescente vive uma condição
269 de vulnerabilidade. Há 20 anos atrás, o adolescente arrimo é uma realidade neste país. O
270 ECA não deu conta dessa proibição, sendo que a regulamentação do aprendiz colocada
271 para as empresas é perfeita. A Assistência Social tem que agir muito fortemente nessa
272 ação. Na oportunidade, o **Coordenador da Política da Criança e do Adolescente na**
273 **SEDS, Alann Bento**, apresentou diversas informações sobre as oportunidades que
274 poderão ser oferecidas aos adolescentes, em termos de trabalho; as limitações de idade
275 e atividades consideradas irregulares. Pediu a palavra o **Conselheiro e Usuário Cleyton**
276 **Serafim dos Reis** que declarou ter sido beneficiário dessa Política Pública há 10 anos.
277 Segundo ele, realizou um curso de formação (Rio de Janeiro) e acabou ficando sem
278 receber o certificado, sob alegação que a etapa não foi concluída. Respondeu o
279 **Coordenador Alann Bento (SEDS)** afirmando existir uma carga horária mínima, que é
280 exigida formalmente para que seja possível pleitear o certificado. Finalizou a
281 Superintendente Maria de Lourdes, parabenizando o **Coordenador Alann Bento** pela
282 campanha e reafirmando que o CEAS/PR estará envolvido nessa divulgação. **•Período**
283 **da tarde• •Reinício dos trabalhos às 14:00 horas. •Relatório da Comissão de**
284 **Documentação e Rede Sócioassistencial- Relator: Cons. Paulo (APAE de Ibiporã).**
285 **2.1 - Continuação da Elaboração do Modelo de Relatório de Acompanhamento das**
286 **Entidades para os CMAS.** Com a apreciação do protocolo nº14664349-3 reiteramos que
287 seja dado integral atendimento ao que foi solicitado na folha 03 do protocolado com
288 pesquisa junto aos Escritórios Regionais da existência de algum sistema/software de
289 acompanhamento e monitoramento, salientamos, por oportuno, tal pesquisa não entra em
290 conflito com o material juntado as folhas 05-11 que também será levado em consideração,
291 mais se entende que não é suficiente para o bom andamento aos trabalhos dessa
292 Comissão. Insiste também que seja esclarecido acerca da informação veiculada pela
293 SEDS referente ao sistema de informação que monitora ações de assistência social em
294 todo Estado. **Parecer da Comissão:** Continuar com o estudo e levantamento de

295 informações acerca do exposto acima. **Parecer do CEAS: Aprovado. 2.2 – Marco**
296 **Regulatório** -Sugerem-se as capacitações através de videoconferências que serão
297 gravadas e ficaram disponibilizadas online por tempo indeterminado, mediante um
298 sistema que consiga registrar o acesso dos municípios. Recomenda-se que a Secretaria-
299 Executiva do CEAS elabore um check list para fins de averiguação dos requisitos
300 mínimos a partir do que está previsto no Marco Regulatório para auxiliar as Organizações
301 da Sociedade Civil a estarem em conformidade com a Lei mencionada. E outros check
302 lists para os Gestores Municipais com o mesmo intuito acima. Verificar a possibilidade
303 junto a SEDS de incluir na proposta orçamentária para o próximo exercício de verba
304 necessária para a construção de um sistema de informática para ser disponibilizado aos
305 municípios para fins de acompanhamento e monitoramento das atividades
306 socioassistenciais. Realizar uma pesquisa em relação às ausências dos conselheiros
307 governamentais, verificar se há justificava e o porquê da ausência dos suplentes. **Parecer**
308 **da Comissão: Aprovado Parecer do CEAS: Aprovado**, sendo que o assunto referente
309 a criação do sistema foi citado no item anterior. Levantamento sobre a ausência dos
310 conselheiros governamentais participantes da comissão. **•Comissão de Políticas**
311 **Sociais- relatora Conselheira Carla Regina de Moraes (APAE- Regional de Palmas).**
312 **RELATÓRIO -3.1 Protocolo 14.608.079-0 Prefeitura Municipal de Antonina.** A técnica
313 Carla da CPSE SEDS, explanou que o Município de Antonina havia negado a adesão ao
314 PPAS IV, e que o mesmo voltou atrás na decisão e solicitou ao CEAS a reabertura de
315 prazo para que formalizem o Termo de Adesão. O parecer técnico da CPSE é favorável a
316 reabertura do prazo, e sugere que seja concedido até 30/07/2017 para que apresentem a
317 documentação exigida na Deliberação 39/2014. **Parecer da Comissão:** Aprova que seja
318 concedido o novo prazo, até 30/07/2017. **Parecer do CEAS: Aprovado. 3.2 Protocolo n**
319 **14.661.759-0 – Município de Paranaguá- Solicita adesão ao PPAS IV, fora de prazo**
320 **previsto na Deliberação n 15/2017 (CPSE).** O município de Paranaguá encaminha
321 Termo de Adesão e demais documentos referentes ao PPAS IV e solicita que o CEAS
322 acate a adesão fora do prazo, justificando o ingresso de uma nova Gestão a qual está
323 reorganizando os órgãos gestores. O Parecer da CPSE/SEDS é favorável ao
324 aceite.**Parecer da Comissão:** Aprova a adesão. **Parecer do CEAS: Aprovado - 3.3**
325 **Protocolo 14.693.555-9 – Não adesão ao PPAS IV dos municípios de Morretes e**
326 **Iporã.** Trata-se de ciência do Conselho das não adesões e falta de justificativa por parte
327 dos municípios, com sugestão de exclusão destes municípios da lista dos elegíveis da
328 Deliberação 39/2014 e que sejam oficiados pelo CEAS informando que o reordenamento
329 dos Serviços deverá ocorrer independente da adesão, visto que recebem o
330 cofinanciamento Federal para este fim. **Parecer da Comissão:** Ciente e aprovado-
331 **Parecer do CEAS: Aprovado. 3.4 Protocolo 14.608.347-1 Município de Bandeirantes.**
332 O município justifica a não adesão ao PPAS IV, porque a OSC executora do Serviço
333 atende somente crianças até 06 anos de idade, descumprindo assim as Normativas
334 vigentes que definem que não devem haver nos acolhimentos restrições de idade, gênero
335 ou segmentação de públicos específicos. O presente protocolado foi levado a
336 conhecimento do CEDCA que solicitou ao Ministério Público, Poder Judiciário, CMDCA e
337 Conselho Tutelar fiscalização e acompanhamento diante do que preconiza o Art. 95 do
338 ECA, visto que o encaminhamento das pessoas acima de 07 anos para acolhimento em
339 outros municípios viola o direito a convivência familiar e comunitária. A CPSE/SEDS
340 sugere a exclusão deste município da lista dos elegíveis da Deliberação 39/2014 e que
341 seja oficiado pelo CEAS informando que o reordenamento dos Serviços deverá ocorrer
342 independente da adesão, visto que recebem o cofinanciamento Federal para este fim.
343 **Parecer da Comissão:** Ciente e aprovado os encaminhamentos **Parecer do CEAS:**

344 **Aprovado. 3.5 PAEFI CREAS – Expansão Regionalizada-** Município de Altamira do
345 Paraná. A técnica Solange da CPSE informa que o município acima aceitou a adesão de
346 implantação de CREAS, no lugar de Jataizinho que desistiu. Parecer da Comissão:
347 **Ciente.** Parecer do CEAS: **Ciente.** 3.6 PAEFI CREAS – Ofício do Ministério Público.
348 Ofício do Ministério Público. A técnica Solange da CPSE informa que o Ministério Público,
349 através da Promotora Dra. Ana Paula Pina Gaio está oficiando os Escritórios Regionais
350 da SEDS que acompanham a implantação e funcionamento dos 24 CREAS, no qual
351 solicita informações e parecer técnico quanto a oferta do serviço nos mesmos. Parecer da
352 Comissão: **Ciente.** Parecer do CEAS: **Ciente.** Parecer do CEAS: **Ciente.** 3.7 **Protocolo**
353 **14.689.907-2 Deliberação 51/2016 - Abordagem e Acolhimento Institucional para**
354 **Pessoas em Situação de Rua-** Município de Marialva. A técnica Deise da CPSE informa
355 que o município enviou ofício a SEDS negando o aceite, com a justificativa que não tem
356 demanda para população em situação de rua, que entre o período de 2015 a 2017 foram
357 atendidas apenas 07 pessoas. O CMAS do município aprova a não adesão. Sugestão da
358 CPSE que o CEAS envie de ofício ao CMAS, com cópia para o Gestor Municipal
359 informando sobre os critérios pactuados na CIB e aprovados no CEAS, sendo que o
360 principal critério foi que o Município de Marialva faz parte da região metropolitana de
361 Maringá e a perspectiva do Gestor Estadual foi de fazer um anel de proteção e a
362 demanda não se concentrar no município Polo. **Parecer da Comissão:** Ciente e
363 aprovado. **Parecer do CEAS: Aprovado.** 3.8 **Pauta Permanente: CADÚnico e PBF.** A
364 técnica Marcela explanou sobre o Prazo de Prestação de Contas do IGD_PBF, para os
365 municípios é até 31 de agosto de 2017 e para os Conselhos de Assistência Social até 30
366 de setembro de 2017. Informou que na próxima reunião trará para a Comissão um
367 panorama da situação da Prestação de Contas dos municípios paranaenses. **Parecer da**
368 **Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS: Ciente.** 3.9 **Pauta Permanente: Criança Feliz.** A
369 técnica Marcela informa que dos 89 municípios que haviam realizado o aceite, dois
370 desistiram, sendo: Pato Branco e Castro. Em média outros dez municípios já sinalizaram
371 o envio de ofício de desistência ao Governo Federal. A justificativa que são expostas são:
372 folha de pagamento, questão financeira burocrática, contrapartida, dificuldade de
373 execução, entre outros. **Parecer da Comissão:** Ciente - **Parecer do CEAS: Ciente** 3.10-
374 **Política de Habitação/ Programa PETI – Sociedade Civil do Município de Ponta**
375 **Grossa E-mail enviado ao CEAS com solicitação de anonimato (Denúncias).** Em
376 resposta a inserção de População que não tenham filhos para participação de Programas
377 de Casas Habitacionais e que sejam cadastradas no CADÚnico. **Parecer da Comissão:**
378 Encaminhar ofício do CEAS ao CMAS solicitando informações sobre a existência de
379 Programas Habitacionais no Município de Ponta Grossa, quais critérios e a possibilidade
380 de inclusão nestes critérios, de pessoas sem filhos e com registro no CADÚnico.
381 PARECER DO CEAS: Encaminhar ofício ao Conselho Municipal e a Companhia de
382 Habitação do Paraná (Cohapar), para verificar a possibilidade de inclusão deste público e
383 o planejamento de construção de casas em Ponta Grossa. Referente a Denúncia de
384 Trabalho Infantil, na cidade de Ponta Grossa. **Parecer da**
385 **Comissão:** Que o CEAS oriente através de e-mail ao denunciante, para que faça
386 denúncia por meio do Disque 181, sendo que esse pleito chegará ao Conselho Tutelar do
387 Município e demais órgãos de garantias de direito local. Quanto as pessoas em situação
388 de rua em períodos noturnos, bem como migrantes. **Parecer da Comissão:** a sugestão é
389 que encaminhe e-mail para a Ouvidoria da SEJU. www.seju.pr.gov.br. **PARECER DO**
390 **CEAS:** Aprovado. Quanto a Extinção do Disque 100 e da Ouvidoria de Direitos Humanos.
391 **Parecer da Comissão:** Que o CEAS encaminhe ofício para o Ministério de Direitos
392 Humanos, com manifestação contrária as extinções e demonstrando a importância e

393 atuação das mesmas junto a população brasileira. **Parecer do CEAS: Aprovado.** Os
394 referidos encaminhamentos deverão ser informados por e-mail ao denunciante. 3.11
395 Protocolo 14.572.309-4 - Informações sobre o Registro Nacional de Estrangeiros- CMAS
396 de Pinhais. A técnica Marcela relata que o CMAS de Pinhais, através de ofício direcionado
397 ao CEAS solicitou agilidade na emissão de registro Nacional de Estrangeiros. O CEAS
398 encaminhou os documentos aos Conselhos Estadual e Nacional de Migrantes e
399 Refugiados. **Parecer da Comissão:** Após a tramitação junto ao Conselho Estadual e
400 Nacional de Migrantes e Refugiados sugere-se encaminhamento do ofício resposta do
401 CONARE ao CMAS de Pinhais. **Parecer do CEAS: Aprovado - 3.12 Manifesto em**
402 **Defesa do BPC – COMAS/CMAS de Maringá.** Ofício do COMAS Maringá em Defesa do
403 BPC. **Parecer da Comissão:** Ciente. E verificar junto a Secretária Executiva se houve
404 manifestação do COMAS de Maringá quanto ao pleito, caso positivo archive-se, se não
405 responder conforme respostas anteriores a outros Conselhos. **Parecer do CEAS:**
406 **Aprovado. 3.13 Protocolo: 14.676.320-0 Atendimento a População do Município de**
407 **Cascavel resposta ao ofício do CEAS.**A técnica Marcela passou a informar o contido no
408 ofício do município de Cascavel, que responde aos questionamentos deste Conselho.
409 **Parecer da Comissão:** Verificar junto a Secretaria Executiva sobre o Protocolado já
410 discutido em reunião desta Comissão no mês de fevereiro sobre o assunto. Juntar os
411 processos e reencaminhar a Comissão se for o caso. **Parecer do CEAS: Aprovado.**
412 **•Comissão de Articulação e Mobilização- Relator: Conselheiro Ricardo Michelli**
413 **(SEDS):- 4.1 – Pauta Permanente: Educação Permanente do SUAS- 4.2 – Pauta**
414 **Permanente: Vigilância Socioassistencial - Panorama do Preenchimento do Plano**
415 **de Ação.** A Coordenação de Gestão do SUAS – CGS/SEDS apresentou o panorama
416 acerca do preenchimento do Plano de Ação dos Municípios, referente ao ano de 2017,
417 com base no dia 03/07 às 09:00 horas. O sistema do MDS, ficou disponível para
418 preenchimento até dia 03/07/2017, quando 397 municípios finalizaram o processo,
419 Ramilândia e Grandes Rios, finalizaram após o prazo, a SEDS aguarda posicionamento
420 do MDS quanto validação do preenchimento dos municípios citados. **Parecer da**
421 **Comissão:** Ciente **Parecer do CEAS: Ciente. 4.4 – Campanha de Erradicação do**
422 **Trabalho Infantil Rural:** A Coordenação de Proteção Social Especial – CPSE/SEDS,
423 apresentou a proposta da campanha de erradicação do trabalho infantil rural para 134
424 municípios que possuem alto índice de trabalho infantil, por meio de mídia de rádio para
425 alcance das famílias da agricultura familiar. Assim, a técnica Helena, da CPSE,
426 contextualizou o processo de adesão dos 56 municípios e do Estado às Ações
427 Estratégicas do PETI no ano de 2013, e o recebimento de recurso federal para a
428 execução dessas ações. Ela informou que no ano de 2017 completa três anos de
429 execução das Ações Estratégicas e nesse sentido, foi realizado no mês de Junho um
430 Seminário de avaliação da implementação das Ações Estratégicas. Para a realização
431 desse Seminário foi feita uma pesquisa em relação aos dados dos Censos, SIMPETI
432 (Sistema de Monitoramento do PETI) e foi aplicada uma enquete aos 56 municípios. A
433 enquete evidenciou que a questão cultural ainda prejudica muito o trabalho dos técnicos
434 dos municípios, seja no atendimento à família, seja pela falta de capacitação e
435 sensibilização do técnico em relação ao tema. Uma das áreas de forte resistência cultural
436 é a agricultura familiar. Por isso, pensou-se em realizar uma campanha voltada às
437 famílias inseridas na agricultura familiar por meio de mídias de rádio e distribuição de
438 cartazes. As mídias de rádio serão veiculadas nos 134 municípios que apresentam alta
439 incidência do trabalho infantil e os cartazes serão distribuídos aos 399 municípios
440 (considerando os equipamentos da Assistência Social, Unidades Básicas de Saúde,
441 Conselhos Tutelares, Igrejas, Associações dos Agricultores Familiares e Cooperativas).

442 **Parecer da Comissão:** Aprovada a proposta de Campanha. **Parecer do CEAS:**
443 **Aprovado. 4.4 - Campanha de Erradicação do Trabalho Infantil no Carnaval 2018.** A
444 Coordenação de Proteção Social Especial – CPSE/SEDS, apresentou a proposta da
445 campanha de erradicação do trabalho infantil no carnaval de 2018, trazendo como
446 proposta a continuidade e ampliação da campanha de Erradicação do Trabalho Infantil no
447 carnaval de 2017, para os 399 municípios do Paraná. A Coordenação de Proteção Social
448 Especial -CPSE, deverá fazer uma nota técnica para que a equipe municipal potencialize
449 suas ações de Erradicação no trabalho Infantil no período de carnaval. **Parecer da**
450 **Comissão:** Aprovada a continuidade e ampliação da Campanha. **Parecer da CEAS:**
451 **Aprovado - Inclusão de Pauta: 4.5 - Preenchimento do Sistema de Monitoramento**
452 **do PETI – SIMPETI.** A Coordenação de Proteção Social Especial – CPSE/SEDS,
453 apresentou o panorama acerca do preenchimento do Sistema de Monitoramento do PETI,
454 sendo que nos municípios de Marialva e Reserva não há ações registradas no sistema
455 SIMPETI. **Parecer da Comissão:** Ciente do relato, a comissão sugeriu que o CEAS
456 encaminhe ofício aos conselhos municipais questionando o acompanhamento da
457 execução do plano de trabalho das ações estratégicas do PETI. **Parecer do CEAS:**
458 **Aprovado. •Comissão de Organização da XII Conferência Estadual de Assistência**
459 **Social, relator Ricardo Michelli (SEDS): - Relatório: 1.1 – Aprovação do**
460 **Regulamento da XII Conferência de Assistência Social.** Realizado a leitura do
461 documento na íntegra, com a supressão e a inclusão de alguns artigos, de acordo com as
462 marcações do texto (anexo). **Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEAS:**
463 **Aprovado - 1.2 – Aprovações Minutas – Notas Informativas CEAS: Processo de**
464 **Eleição dos Representantes da Sociedade Civil nos CMAS; Participação dos**
465 **Representantes da Sociedade Civil e a Garantia da Paridade no Processo**
466 **Conferencial.** Realizado a leitura dos documentos na íntegra, onde algumas discussões
467 surgiram a respeito das repetições de informações sobre os segmentos. Porém, verificou-
468 se a necessidade de se manter as orientações em documentos separados. Após a
469 aprovação, os documentos serão publicados no site do CEAS/PR e encaminhados aos
470 municípios. **Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEAS: Aprovado. 1.3 –**
471 **Aprovação da nota de recomendação acerca da participação de adolescentes na XII**
472 **Conferência Estadual de Assistência Social** Realizado a leitura do documento na
473 íntegra, sem maiores discussões, pois o documento segue orientação do CNAS.
474 Disponibilizar no site do CEAS/PR e encaminhar aos municípios. **Parecer da Comissão:**
475 **Aprovado - Parecer do CEAS: Aprovado. Inclusões de Pauta: 1.4 – Panorama das**
476 **agendas das Conferência Municipais: -** Quantidade de municípios que já realizaram a
477 Conferência – mês de Abril: 1,5 %. Mês de Maio: 3,8%, Junho 29,6%, Julho 52,1%, sem
478 data, 7,5%, Sem informação pelo ER (Cianorte e Laranjeiras do Sul) - 5,5%. **Parecer do**
479 **CEAS:** Envio de ofício (via correio e por e-mail) aos municípios (também aos CMAS) que
480 não informaram a data da conferência, com prazo de 05 dias para a resposta. **1.5 -**
481 **Disponibilização da Comunicação Visual para as Conferências Municipais.** Em
482 resposta ao ofício nº 058/2017 – CEAS/PR, a ASCOM/SEDS propôs a disponibilização do
483 layout de uma forma simplificada das peças para serem utilizadas pelos municípios.
484 **Parecer do CEAS:** Aprovado. **•Comissão de acompanhamento aos CMAS Relatora:**
485 **Secretária Executiva Juliana Muller :- 5.1 – Pauta Permanente: Panorama do**
486 **Questionário de Avaliação do CMAS.** Questionário enviado aos CMAS dia 21/06/2017,
487 com prazo de resposta até 20/08/2017. No momento, 09 municípios finalizaram o
488 questionário e 34 estão em andamento. Sendo que 83 e-mail voltaram, assim estamos no
489 processo de atualização desses contatos. Foi disponibilizado no site do CEAS/PR, o
490 questionário em PDF p/ impressão. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS:**

491 **5.2 - Denúncia recebida por e-mail, dia 07/06 a respeito do processo de eleição da**
492 **sociedade civil do município de Conselheiro Mairinck.** Denúncia recebida por um
493 representante do segmento usuário que se sentiu prejudicado pela forma como o
494 processo eleitoral da sociedade civil foi organizada durante a conferência. Onde, segundo
495 ele, um pastor que não é usuário da política de assistência social foi indicado p/ compor o
496 conselho. Foi identificado que a gestora do município de Conselheiro Mairinck faz parte
497 da SEC da CIB, assim em reunião realizada na SEDS, a gestora e o prefeito já foram
498 comunicados sobre o recebimento da denúncia e sobre a necessidade da regularização
499 do processo de eleição da sociedade civil no município, com envio inclusive de materiais
500 orientativos do CNAS sobre este processo. Foi repassado a orientação, de que o
501 processo de eleição dos representantes da sociedade civil deve ser apreciado, aprovado,
502 regulamentado (através de edital e deliberações) e publicizado pelo colegiado,
503 respeitando a paridade entre os segmentos, conforme dispõe o Regimento Interno e a Lei
504 de Criação do colegiado. Outra questão importante, é a documentação do registro das
505 habilitações das candidaturas, pois estes comprovam a representatividade dos
506 participantes, legitimando o processo que deve ser realizado com a supervisão do
507 Ministério Público. No caso do município de Conselheiro Mairinck, foi ressaltado, que o
508 processo de eleição realizado na conferência seja anulado e refeito em foro próprio com a
509 devida apreciação do CMAS. E que o mandato do atual conselho seja prorrogado, a fim
510 do colegiado possuir tempo hábil p/ a regularização do processo. Onde, os conselheiros
511 eleitos deverão ser nomeados pelo titular do poder executivo local. E por fim,
512 recomendou-se, de que após esse processo, o CMAS analise a Lei de Criação e o
513 Regimento Interno adequando-os as normativas nacionais que compõe a Política de
514 Assistência Social. Envio de ofício ao CMAS do município, formalizando as referidas
515 orientações e retorno ao denunciante informando os encaminhamentos realizados.
516 **Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEAS: Aprovado. Inclusão de Pauta: -**
517 **5.3 – Processo de Eleição da Sociedade Civil – CMAS de Pinhais.** Denúncia recebida
518 por e-mail dia 05/07/2017 a respeito do processo de eleição da sociedade civil do CMAS
519 do município de Pinhais. A denunciante traz a informação, de que o referido processo
520 ocorreu durante a Conferência Municipal de Assistência Social, sendo que dos 13
521 candidatos representantes do segmento trabalhadores do setor, 07 possuem cargos de
522 chefia, dentre as quais 05 não representam organizações de trabalhadores. Sobre o
523 processo de eleição, há a informação ainda, de que, cada inscrito votou em duas
524 pessoas, e que os conselheiros natos não tiveram direito a voto. Pede-se apoio para
525 intervenção no processo e impugnação da eleição e acompanhamento de um novo
526 processo. Informa-se, que por de orientação do CEAS/PR, através da SEC, o MP foi
527 acionado p/ acompanhar o processo de eleição, porém, devido a falta de tempo hábil, os
528 mesmos não estiveram presentes. **Parecer da Comissão:** Envio de ofício ao CMAS,
529 solicitando cópia dos seguintes documentos: - Lei de Criação e Regimento Interno do
530 CMAS; - cópia dos documentos comprobatórios do processo organizacional da eleição;-
531 documentos que habilitaram os candidatos e os votantes;- ata da assembleia da eleição.
532 Com prazo de 10 dias para resposta, no caso do não recebimento, o CEAS comunicará o
533 MP. Esclarecer a denunciante, de que os conselheiros só têm direito a voto no que diz
534 respeito ao processo conferencial, onde os mesmos são considerados delegados natos.
535 No caso da eleição, os candidatos e os votantes necessariamente devem ser habilitados
536 previamente com a apresentação de documentos. **Parecer da Comissão:** Aprovado.
537 **Parecer do CEAS:** Aprovado. - **5.4 – Censo SUAS 2016 -** Recebimento de ofício
538 nº12/2017 do CNAS, solicitando informações sobre o não preenchimento do Censo SUAS
539 2016 – Módulos Conselhos. No estado do PR, 02 municípios não preencheram,

540 Cantagalo e São Jorge d' Oeste. Sendo que apenas o município de Cantagalo respondeu
541 o ofício do CEAS/PR, justificando que não ocorreu o preenchimento do referido Censo,
542 devido a falta da SEC do CMAS. Para complementar a informação ao CNAS, sugere-se o
543 reenvio de ofício ao município de São Jorge d'Oeste, reiterando a solicitação. Após,
544 repassar as justificativas ao CNAS. **Parecer da Comissão: Aprovado - Parecer do**
545 **CEAS: Aprovado. •Aprovação AD- Referendum nº 003/2017- CEAS/PR- Deliberação**
546 **038/2017 adesão e incentivo ao Programa Família Paranaense (prorrogação) -**
547 **APROVADO. •Item 8- Protocolado nº 14.677.613-2. Representação/Segmento**
548 **Trabalhadores do Setor.** A Conselheira **Danielle de March** representante do SINDASP,
549 ao receber um cargo de confiança encaminhou uma carta de renúncia, sendo substituída
550 por **Merci Ribeiro de Souza (Suplente)** que representa o mesmo segmento. O referido
551 documento foi lido em plenário e a nova Conselheira já se encontrava presente na
552 Assembleia. **•Item 9- Alternância da Presidência- CEAS/PR.** Num processo regular, a
553 Superintendente **Maria de Lourdes San Roman (SEDS)**, que até então exercia a
554 Presidência do Conselho, comunicou que a alternância desse cargo passaria para o
555 Conselheiro da Sociedade Civil, **Paulo Silvério Pereira (APAE)**, suplente da Conselheira
556 **Clecy Aparecida Gricoli Zardo**, que através da carta solicitou afastamento do Conselho,
557 em razão de tratamento de saúde. **Maria de Lourdes** agradeceu a confiança nela
558 depositada, quando conduziu os destinos desse Colegiado. Em seguida, solicitando
559 registro em ata, o **Conselheiro José Araujo da Silva** (Ação Social do Paraná),
560 comunicou que a Sociedade Civil reunida no dia anterior, deliberou pela indicação do
561 **Conselheiro Paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã)**, para exercer a Presidência do
562 CEAS/PR, uma vez que dentre outras inúmeras qualidades, é detentor de uma maneira
563 calma e segura para conduzir os assuntos dessa Política. Completando, a **Conselheira**
564 **Clecy G. Zardo** (APAE de Marilândia do Sul) esclareceu que exercia a Vice-Presidência
565 do Colegiado, quando foi vítima de um infarto. Garantiu ter sempre enfrentado os desafios
566 que a vida lhe propôs. Uma vez que se sente angustiada por aquilo que não consegue
567 realizar, acredita que o **Conselheiro Paulo** será o Presidente ideal, pelas amplas
568 condições que detém. A pedido, a servidora Regina Amasiles R. Costa procedeu a leitura
569 da carta trazida pela **Conselheira Clecy**, onde retrata “toda a sua caminhada na direção
570 de proporcionar conquistas e acesso de direitos a todas as pessoas, que na verdade não
571 são propósitos temporários, mas sim propósitos de vida.” O momento seguinte foi tomado
572 pelo novo Presidente do CEAS, **Conselheiro Paulo Silvério Pereira** que ao agradecer,
573 evidenciou que o fato de estar na condição de Presidente, é importante para fortalecer
574 esse trabalho, cuja representatividade é garantida com a referida alternância. Garantiu ter
575 efetuado um trabalho de base na família, no CMAS e na sua entidade, permitindo que
576 com a colaboração de todos, possa desenvolver uma profícua gestão, onde estará
577 presente de corpo e alma. Agradeceu a **Conselheira Clecy**, por ter honrado a sua
578 capacidade de resistência, apesar da gravidade do seu problema de saúde. **•Relato do**
579 **evento CONGEMAS.** Com narrativa da **Conselheira Maria de Lourdes**, foi comunicado
580 que esse evento ocorreu em Porto Seguro, para onde viajaram os Conselheiros Ricardo,
581 Juliany e a própria Presidente, na época. O evento congregou na sua maioria, gestores
582 municipais quando ocorreu um alinhamento com interessantes oficinas. Foram sentidas
583 as ausências das representações municipais, com suas experiências exitosas. A
584 Conselheira declarou que são titulares do fórum de Secretário e o Paraná é visto como
585 referência na gestão de recursos (o maior volume), dito isso na Conferência de 2015. É
586 necessário que se continue atuante, uma vez que a conjuntura atual do país está
587 fragilizando muito a política. Os demais Estados presentes demonstraram interesse pelo
588 desenrolar da Política no Paraná: manutenção de quórum na CIB e no Conselho, o fato

589 da cessão de cartão corporativo e outros detalhes. Vive-se um momento muito sério,
590 onde deve-se assegurar o direito das pessoas, mas também pode acessá-los com
591 qualidade. **•Item 10- Reunião Trimestral- Região Sul e Sudeste- CNAS-** Coordenador
592 Ricardo Michelli (Gestão SUAS-SEDS). Reunião em Brasília, com discussão sobre o
593 processo conferencial. O Paraná ficou em evidência, por ser o único estado que tem a
594 metodologia e a participação do Conselho nas discussões da CIB. **•Participação do**
595 **Conselheiro Cleyton Serafim (Usuário)** no Fórum dos Usuários. Foi lido um relatório
596 sobre a criação desse Fórum, cujo início se deu em 17/11/2014, com a representação de
597 usuários do SUAS. O Conselheiro fez a leitura de um histórico, com diversas colocações
598 finalizando com a frase: “Nada para nós sem nós”! O usuário depende da valia dos seus
599 direitos, para ter a condição plena de entendimento. O Fórum está em todo o território
600 Nacional e só o Paraná não tem. Criou-se em Pinhais o primeiro Conselho Municipal de
601 Usuários e sabe-se que serão necessárias as contribuições do CEAS/PR. Pediu a palavra
602 o **Conselheiro José Araújo da Silva** (Ação Social do Paraná) enfatizando que o trabalho
603 em prol dos usuários precisa ser valorizado. Considerou que imagina um Conselho de
604 Assistência Social composto de 50% de usuários. Assim eles estariam sendo
605 empoderados da situação que na verdade lhes pertence. O estudo para a criação desse
606 Fórum começou embrionariamente em 2010. Entusiasmado, o **Conselheiro Cleyton**
607 avaliou ser necessário sair do papel de vitimização, para se tornar protagonista da própria
608 identidade. Segundo o **Conselheiro Araújo**, é preciso também que mãos se unam e
609 também ideias, visando obter uma fonte de renda ao usuário Cleyton. **•Relato evento**
610 **FONACEAS.** A **Conselheira Paula** (Família Paranaense/SEDS) dirigiu-se ao plenário,
611 fazendo a narrativa do evento realizado em **Gramado, Rio Grande do Sul**, nos dias 27 a
612 29, quando lá compareceu na companhia do **Conselheiro Carlos** (Usuário da Reg. De
613 Londrina). Com a abertura a cargo do Presidente do Conselho Nacional, o Pacto do
614 SUAS foi posteriormente abordado em diversos painéis. Uma vez que alguns estados não
615 têm no seu Conselho a representatividade dos usuários, o **Conselheiro Carlos** fez uma
616 bonita fala ao colocar a importância dessa representação e o enriquecimento que os
617 eventos adicionam. Foi repassado que o Conselho Nacional produziu 5 vídeos
618 orientativos dos eixos da Conferência. **•Painel 2-** Pacto de aprimoramento do SUAS-
619 Abordou-se que é preciso ter também o conhecimento dessas ações, quais as suas
620 fragilidades para alcançar as metas, buscar as parcerias e a integração entre os diversos
621 instrumentos da Política da Assistência. **•Painel 3:** Cada estado fez a apresentação da
622 situação das suas Conferências Municipais. A Conselheira mencionou o sistema CONSIG
623 para proceder a inscrição dos delegados e a organização da sistematização das
624 deliberações, além disso, o Estado do Paraná recebeu um convite para sediar o próximo
625 FONACEAS. **•Painéis 4 e 5-** Instrumentais de Planejamento Estratégico- A Conselheira
626 Paula descreveu que o CEAS/PR está de parabéns perante as falas dos demais, sendo
627 destaque em relação aos materiais. Informou que no dia anterior à presente plenário, em
628 conversa com a Sra. Secretária Fernanda Richa e Diretora Geral, ficou definido que o
629 Estado do Paraná sediará a próxima **reunião do FONACEAS**, a ser realizada em
630 novembro/2017.- **APROVADO. A Superintendente Maria de Lourdes San Roman**
631 **(SEDS)** esclareceu que o CEAS/PR é o colegiado com o maior número de integrantes
632 tendo amplitude regional: a única falha é não ter o COGEMAS como membro. **•Informes**
633 **do Programa Família Paranaense.** Foi informado através da **técnica Letícia**, que a
634 equipe percorreu todo o Estado promovendo capacitações; foram trabalhadas 8
635 macrorregionais, atingindo cerca de 350 municípios, com um total de 1.100 pessoas.
636 Falou-se sobre o fortalecimento da intersectorialidade, modelo de acompanhamento
637 familiar e a realização de dois eventos. Foi finalizada a avaliação de base, por meio de

638 uma pesquisa que entrevistou mais de 1.100 famílias, em 77 municípios. No dia anterior,
639 foi assinado um contrato de uma consultoria com a UFPR (índices de avaliação), visando
640 medir se essas famílias tiveram ganhos e questões qualitativas. Na semana anterior foi
641 recebida uma equipe do Mato Grosso, que pretendia levar a forma de como se trabalha
642 no Paraná. Ao final, a **técnica Paula** relatou ter em mãos a solicitação do Município de
643 Antonina, que se refere ao incentivo 4 e a possibilidade de prorrogação de prazo. Houve
644 alteração na gestão e não conseguiram efetuar as adequações- **Aprovada a solicitação**,
645 mediante deliberação. **•Moção sobre o substitutivo da PEC- 287.** Aprovada pela
646 Comissão Especial em defesa do BPC e da Seguridade Social, direcionada ao Congresso
647 Nacional. O documento foi lido em plenária pelo **Conselheiro José Araujo da Silva.**
648 **•Encaminhamento propostos.** Enviar aos Senadores e Deputados paranaenses-
649 Conselhos Municipais- e comunicar ao CNAS sobre esse apoio. Os Conselheiros foram
650 informados que receberão a matéria por e.mail e deverão realizar uma mobilização junto
651 aos Vereadores do seu Município. **•Ressaltar o retorno e a manifestação dos Deputados.**
652 Pediu a palavra o **Conselheiro Luiz Carlos** (Sindicato dos Psicólogos), comunicando que
653 assumirá o lugar da ex- Conselheira Danielle de March, na Comissão da Conferência.
654 Finalizando a presente assembleia, o novo **Presidente Paulo Silvério Pereira** agradeceu
655 a presença de todos, convidando o grupo para fazer um registro fotográfico dessa
656 alternância da Presidência. A presente ata foi gravada e redigida pela servidora Regina
657 Amasiles Rodrigues Costa, integrante da Secretaria Executiva/Conselhos. Foi digitada por
658 Evelin Soares, sendo a Secretária Executiva a Assistente Social Juliana Muller. O
659 documento após aprovado será publicado em Diário Oficial e inserido no site do
660 CEAS/PR.